

## ***Declaração Conjunta sobre a Integridade no Investimento em Defesa***

As autoridades anticorrupção e integridade abaixo assinadas, reconhecemos que o atual contexto geopolítico está a conduzir a um aumento substancial da despesa e da contratação pública no setor da defesa, na Europa e além dela.

Embora estes investimentos respondam à necessidade de reforçar a segurança nacional e coletiva, exigem também um compromisso renovado com os mais elevados padrões de integridade, transparência e responsabilização.

A experiência tem demonstrado de forma consistente que períodos de investimento público excecional, particularmente quando envolvem urgência e complexidade, podem criar riscos acrescidos de corrupção se não estiverem implementadas salvaguardas adequadas.

Experiências anteriores demonstraram que fragilidades na governação, na supervisão e no controlo podem reduzir a eficácia da despesa pública e, em última instância, comprometer os próprios objetivos desses investimentos: neste caso, enfraquecendo a defesa.

Neste contexto, salientamos que a aceleração do investimento em defesa não deve ocorrer à custa da transparência, da integridade, da responsabilização ou de uma supervisão eficaz.

Pelo contrário, o contexto atual reforça a necessidade de assegurar que uma boa governação e medidas preventivas robustas continuem a constituir uma parte integrante dos processos de tomada de decisão, reforçando igualmente a confiança pública.

Sublinhamos, por conseguinte, a importância de integrar salvaguardas de integridade ao longo de todo o ciclo de investimento em defesa, incluindo o planeamento estratégico, a avaliação das necessidades, a contratação pública, a adjudicação e gestão de contratos, a entrega, a operação, a manutenção, as atualizações, a alienação de equipamentos e todos os processos financeiros e logísticos conexos.

Os controlos internos adequados, a gestão de riscos, a prevenção e/ou gestão de conflitos de interesses e a supervisão independente devem ser proporcionais aos riscos envolvidos e aplicados de forma consistente em todas as fases.

Incentivamos ainda todas as autoridades públicas e os intervenientes privados envolvidos no investimento em defesa a reforçar as abordagens preventivas, promover uma cultura de integridade e de boa governação e assegurar que os riscos de corrupção sejam sistematicamente identificados, avaliados e mitigados.

Salvaguardar a integridade não constitui um obstáculo ao reforço das capacidades de defesa; é uma condição essencial para as concretizar. Assegurar que os fundos públicos são utilizados de forma eficiente e eficaz e em conformidade com os mais elevados padrões de

integridade protege os recursos públicos, reforça a confiança dos cidadãos e, em última análise, aumenta a eficácia e a credibilidade da própria defesa.

Os quadros de governação eficazes devem, naturalmente, assegurar uma responsabilização e uma supervisão robustas, respeitando simultaneamente os legítimos requisitos de confidencialidade associados a informação classificada, às capacidades de defesa e a matérias operacionais.

Enquanto autoridades anticorrupção e de integridade, e no âmbito dos respetivos mandatos legais, reafirmamos o nosso compromisso de apoiar as instituições públicas e privadas na promoção da transparência, na prevenção da corrupção e no fomento da boa governação na implementação de investimentos relacionados com a defesa.

Esperamos cooperar, trocar boas práticas e apoiar as autoridades nacionais, assegurando que o aumento do investimento em defesa seja acompanhado por compromissos igualmente fortes e por ações concretas em matéria de integridade, adaptados a cada contexto nacional.

### ***Signatários***

#### ***Por parte de Itália***

***Guiseppe Busia***

***Presidente da Autoridade Nacional Anticorrupção Italiana (ANAC)***

#### ***Por parte de Portugal***

***José Mouraz Lopes***

***Presidente do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC)***

#### ***Por parte de França***

***Isabelle Jegouzo***

***Diretora da Agência Francesa Anticorrupção (AFA)***

#### ***Por parte da Hungria***

***Ferenc Pál Biró***

***Presidente da Autoridade para a Integridade (IA)***

#### ***Por parte da Eslovénia***

***Katarina Bervar Sternad***

***Comissária-Chefe da Comissão para a Prevenção da Corrupção (CPC)***